

# Desafios para a pesquisa no século 21: Lugares de mulher na política

**(Matizes Feministas, 20/05/2014)** Aconteceu em São Paulo, entre os dias 14 e 15 de junho de 2014, o seminário “Desafios para a Pesquisa no Século 21: Lugares de Mulher na Política”, no auditório da sede da Fundação Carlos Chagas.

Trata-se do segundo seminário do ciclo de Estudos de Gênero no século 21: Desafios para a pesquisa, que têm como objetivo realizar um inventário da produção acadêmica sinalizando avanços e lacunas do conhecimento, além de propiciar o diálogo entre diferentes gerações de pesquisadores (as). O evento foi organizado pela Fundação Carlos Chagas.



Clara Maria Araújo (UERJ)

No dia 14 de maio, aconteceram duas mesas, sendo a primeira “Participação política e equidade de gênero”, que foi coordenada por Sandra Unbehaum da Fundação Carlos Chagas (FCC) e teve como expositora a professora Clara Maria Araújo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que apresentou o texto “Democracia representativa como experimento participativo: algumas reflexões a partir da equidade de gênero”.

Segundo a professora, a inspiração para seu texto veio de pesquisas que ela vem desenvolvendo recentemente e do próprio título da mesa, sendo portanto, “insights e tentativas” de ir além dos recortes que ela tem trabalhado.

Clara concluiu a sua apresentação falando sobre o novo momento que vive a América Latina com um grau diferenciado em comparação com 10-15 anos em relação à representação das mulheres no parlamento, com uma ampla presença de mulheres em vários países, com a exceção de três países, entre eles o Brasil.

A professora finalizou apontando dois desafios para os estudos sobre participação política das mulheres. O primeiro seria “qual é o impacto que essa presença no parlamento tem sobre a agenda das mulheres e sobre a questão da igualdade de gênero?” e a segunda é, “qual é o resultado que tem para a aproximação da igualdade o número de mulheres na presidência, exercendo a chamada representação política simbólica na América Latina?”

À medida em que conclui sua exposição, Araújo pergunta: “Ela vai ter impacto sobre o aumento de (participação) mulheres? Ela é substantiva?” Finaliza, então, dizendo que isso talvez nos leve ao debate central que é: O que que as mulheres demandam, quais são os seus interesses e quais são os canais de ação política para além da representação?” Foram debatedores (as) da mesa, José Eustáquio Diniz, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fátima Pacheco Jordão, do Instituto Patrícia Galvão e Eva Blay, da USP.

No segundo momento, foi discutido “Os espaços das mulheres na política”, que foi coordenada por Maria Rosa Lombardi (FCC) e teve como expositora a professora Celi Pinto (UFRGS), que apresentou um projeto de pesquisa sobre “O espaço da mulher na política no Brasil”. A pesquisadora apresentou uma visão geral da pesquisa e os seus primeiros resultados. Para Celi Pinto, “algumas questões ainda nos inquietam: Por que as mulheres não conseguem acesso às casas legislativas? Por que as mulheres não se elegem? Por que nós somos tão poucas e por que estamos nessa posição tão complicada de sermos sempre menos de 10%?”



Ma. Rosa Lombardi (FCC), Celi Pinto (UFRGS), Flávia Biroli (UnB), Ana Alice Costa (UFBA) e Tatau Godinho SPM)

No entanto, a pesquisadora relata que em sua pesquisa fez o movimento inverso. Resolveu perguntar: Por que algumas mulheres se elegem? E foi pesquisar, a partir de 1950 até 2010, as mulheres da Câmara Federal e das Assembleias Legislativas de todo o Brasil. Foram debatedoras nesta discussão, Flávia Biroli da Universidade de Brasília, Ana Alice Costa, da Universidade Federal da Bahia e Tatau Godinho (SPM).



Angela Araújo (Unicamp), Claudete Soares (UFFS) e Arlene Ricoldi (FCC)

O segundo dia começou com a mesa “Mulheres em movimento” que contou com a exposição de Arlene Ricoldi e teve como debatedoras Eliane Gonçalves, da Universidade Federal de Goiás, Claudete Soares (UFFS) e Carolina Branco da Unicamp. Ricoldi apresentou um levantamento de resumos de teses e dissertações sobre mulheres e políticas, do banco de dados da Capes entre 1987 e 2011.

A segunda mesa, “Poder, política e democracia: as demandas das mulheres”, teve como expositora a socióloga Silvia Camurça, do SOS Corpo que falou sobre as demandas que estão sendo construídas no campo dos movimentos sobre o tema do poder e da política hoje. Ressaltou que as fontes usadas para

a sua exposição são a sua própria militância - lugar onde ela tem feito a discussão da reforma política desde 2005 - as oficinas de reflexões feitas com e no movimento, em rodas de conversa sobre os princípios feministas da horizontalidade e também, as acadêmicas, principalmente nos embates políticos. Retomou a discussão do lugar das mulheres na política, depois falou sobre as proposições para a democratização do poder e, por fim, apontou a agenda feminista para o tema. Foram debatedoras, Sônia M. Miguel (SPM) e Aurea Carolina Freitas da Silva (UFMG).

Para falar sobre o lugar das mulheres na política, Camurça começou sua intervenção dizendo que aquela frase “uma mulher na política ainda é uma mulher fora do lugar”, é completamente atual em todos os setores - no Congresso, nos partidos, nos movimentos, nas comunidades eclesiais de base. Segundo, a socióloga, “Os espaços de liderança na política ainda são as mulheres fora de lugar. As mulheres ainda relatam as histórias que, no bairro, elas estão no movimento porque não têm o que fazer e cada mulher que começa a fazer militância no bairro no sindicato enfrenta na sua família, com as suas vizinhas, com a sogra... a crítica de que ela não tem nada que perder tempo com isso, que ela tem mais o que fazer”. Nesse momento ela fala sobre como todas nós, as mulheres, estamos fora de lugar na chamada cultura política hegemônica. Entretanto, Silvia realça que tem um lugar que as mulheres conquistaram e que está garantido, a legitimidade da organização das mulheres em organizações só de mulheres está garantida. Para ela, a política feminista é um lugar hoje bastante consolidado das mulheres - já não é mais visto como uma luta secundária em relação à luta de classes, por exemplo.



Sônia Malheiros Miguel (SPPM), Silvia Camurça (SOS Corpo) e Aurea Carolina Freitas da Silva (UFMG)

Encerrando o seminário à tarde do dia 15/05, a conferência da professora Sonia Alvarez (UMASS-Amherst): “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. A pesquisadora Albertina Costa (FCC) coordenou a mesa final.



Sonia Alvarez

Alvarez inicia sua conferência agradecendo a várias feministas pesquisadoras de uma nova geração que a têm ajudado em sua pesquisa. Diz que “suas reflexões fazem parte de um projeto mais amplo que busca elaborar uma linguagem conceitual e uma nova unidade de análise para repensarmos as dinâmicas e mudanças dos feminismos no Brasil e na América Latina e por extensão ou comparação de outros campos políticos que costumamos chamar de movimentos sociais e que conceitualmente costumamos situar na área da sociedade civil”. Após a conferência, foi aberto o debate.

A pesquisadora Albertina de Oliveira Costa ([acosta@fcc.org.br](mailto:acosta@fcc.org.br)) disse que a proposta da Fundação Carlos Chagas é que o seminário resulte em uma



publicação.

*Texto e Fotos: Suely Oliveira*

Acesse o PDF: [Desafios para a pesquisa no século 21: Lugares de mulher na política](#)

---

## **UNESCO lança publicação sobre educação em sexualidade no contexto brasileiro**

**(UNESCO, 19/05/2014)** A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) acaba de lançar uma publicação dedicada a educadores brasileiros sobre o tema da sexualidade - denominada "Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem".

Resultado de uma adaptação para o cenário brasileiro de tópicos e objetivos de aprendizagem incluídos na publicação "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde, volumes 1 e 2" - publicada pela UNESCO em 2009 -, este documento busca fornecer orientações para o desenvolvimento de currículos adaptados aos locais onde serão aplicados.

O documento de 2009, publicado em Paris, contou com a parceria do Fundo de População da ONU (UNFPA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) no âmbito da Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS).



Foto: UNESCO/ Reprodução

O status de desenvolvimento do Brasil e a experiência prática nessa área certamente podem apresentar aspectos inovadores e servir como referências para versões futuras dessa orientação técnica internacional, diz a UNESCO, assim como seus tópicos e objetivos de aprendizagem para a educação em sexualidade.

O interesse da representação da UNESCO no Brasil, em parceria com organizações especializadas na área, foi analisar nacionalmente os conteúdos desses tópicos para incorporar a rica experiência brasileira nas análises internacionais.

Por outro lado, considerando a possibilidade de se adaptar os tópicos do cenário local, a agência da ONU afirma ser necessário obter a validação dessas orientações por especialistas brasileiros nas áreas de gênero e sexualidade, de forma a garantir a relevância e a adequação dos conteúdos para cada público-alvo no território nacional.

A publicação ou solicite uma cópia impressa [clikando aqui](#).

Acesse o site de origem: [UNESCO lança publicação sobre educação em sexualidade no contexto brasileiro](#)

---

## Revista indiana ensina homens a

# assediarem brasileiras

**(Revista Fórum, 16/05/2014)** A revista GQ indiana deste mês trouxe um especial sobre a Copa no Brasil. Dicas de como se vestir, quais os melhores lugares para ir à noite e as bebidas típicas são apresentadas para os leitores. O que não deveria estar na publicação, no entanto, é uma instrução de assédio no lugar de como abordar mulheres brasileiras em baladas.

“Brasileiras paqueram como jogam futebol: agressivamente. Seja rápido e continue tentando até que você faça um gol”, explicam. A dica da revista está no quadro “Você precisa saber”, em uma matéria que insiste que a fixação do brasileiro são “bumbuns”.

O texto sobre a vida noturna no país começa com a afirmação: “Uma coisa sobre o Brasil é que a maioria dos estereótipos são verdadeiros. Existe futebol e bumbuns, e todo o frenesi de carnaval”. No mesmo parágrafo, a palavra “bumbum” é repetida cinco vezes.

**TO THE JUNGLE**  
Sure, you're crazy about football. But let's be honest, you're really going to BRAZIL to drink, flirt and party. Here's our guide to all the hedonistic revelry that begins after the match is over  
WRITTEN BY MEGHA SHAH & PRISCILLA PORTUGAL

**THREE CITIES TO VISIT**

**RIO DE JANEIRO**  
Brazil's largest city is a mix of modern and traditional. It's also the most glamorous city in the country. The most famous bar is located in the historic center of the city. It's a mix of modern and traditional. It's also the most glamorous city in the country. The most famous bar is located in the historic center of the city.

**RECIFE**  
Recife is a beautiful city with a rich history. It's a mix of modern and traditional. It's also the most glamorous city in the country. The most famous bar is located in the historic center of the city.

**BELO HORIZONTE**  
Belo Horizonte is a beautiful city with a rich history. It's a mix of modern and traditional. It's also the most glamorous city in the country. The most famous bar is located in the historic center of the city.

Ana Júlia Gennari, de 22 anos, integrante da Frente Feminista Casperiana Lisandra, frequenta baladas em São Paulo e se sentiria incomodada com a insistência masculina. “Se tentasse qualquer contato físico ou persistisse me encarando e me rodeando na balada, eu avisaria os seguranças do local que estava sendo assediada”, disse a jovem. “As pessoas têm que aprender a desconstruir tal ideia. ‘Não’ significa ‘não’, e a insistência é um desrespeito à mulher”.

Todo o especial da revista é recheado de fotos de mulheres semi-nuas, e ainda traz uma imagem de Gisele Bündchen fazendo um “OK” com a mão. Outras dicas da GQ é pagar pela área VIP do carnaval de Salvador, porque ele é conhecido por “ter as mulheres mais bonitas”. Já sobre o Rio de Janeiro, a matéria diz que as calçadas têm tantas brasileiras bonitas que o leitor “não vai conseguir parar para ficar olhando”.

Acesse o site de origem: [Revista indiana ensina homens a assediarem brasileiras](#)

---

## **Plano Nacional de Educação: Por que o gênero assusta tanto?**

*(Clam, 30/04/2014)* Os esforços na construção de relações sociais menos desiguais em termos de gênero e sexualidade sofreram um revés na última semana, no Brasil. Foi [retirado do texto do Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#), projeto de lei que define diretrizes e metas para a educação até 2020, a menção às questões de gênero e orientação sexual. A supressão é efeito da pressão de setores religiosos conservadores que, incomodados com práticas pluralistas que contradizem seus valores morais, têm dificultado, no âmbito da educação, o desenvolvimento de políticas em nome dos direitos das mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como qualquer medida no marco dos direitos humanos.

A importância de se discutir tais questões no âmbito da educação é atestada pela amplitude e incidência de crimes homofóbicos e violência de gênero no Brasil. Estes ocorrem no contexto de uma história e uma cultura construída com linguagem machista, sexista e homofóbica que vitima, antes tudo, no

âmbito simbólico. As mulheres, as lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, gays e outros sujeitos sexuais marginalizados têm suas imagens desvalorizadas, o que enseja um clima favorável a violências de todo tipo. Tratar a discussão sobre gênero e diversidade sexual como matéria de educação significa dar um passo importante para reduzir as desigualdades e a violência que marcam o país.

A entrada dessas temáticas na escola tem enfrentado resistência e, eventualmente, tem sido impedida, conforme demonstra a movimentação que levou ao recuo no PNE. Setores religiosos conservadores instalados no Congresso e em outros espaços políticos têm se valido do crescimento da fé evangélica para extrapolar seus valores morais para o âmbito da política de estado. Nesse contexto, grupos católicos conservadores somam-se ao movimento para colocar em marcha a ofensiva.

Ainda que haja pluralidade dentro da doutrina cristã, a ideia de mulher e homem é um conceito rígido, formado a partir de uma concepção naturalizada do indivíduo. A partir dela, surgem as figuras tradicionais idealizadas de homem e mulher, cujos gêneros são compreendidos como uma continuação do corpo biológico. Nesse contexto, a vida afetiva e sexual é foco de um intenso investimento moral. O arranjo conjugal legítimo envolve homem e mulher - concebido como unidade reprodutora natural. Quando proposições novas que projetam outras possibilidades de arranjos afetivos e conjugais, assim como identidades e práticas de gênero à margem das tradicionais, são colocadas em discussão, uma orquestrada reação se articula contra o que os movimentos conservadores têm denominado "ideologia do gênero".

"A retirada da questão de gênero e orientação sexual demonstra o incômodo de alguns setores religiosos com uma visão mais plural de sexualidade e gênero. A sexualidade, vista e compreendida como algo da ordem do controle, é afrontada. Por isso, a reação", afirma a socióloga Amanda Mendonça (UFF), que estuda as articulações entre religião e educação.

Durante a votação na Comissão especial sobre o PNE da Câmara dos Deputados, que votou o texto base, parlamentares e ativistas que pressionaram pela retirada das questões do texto levaram cartazes com

dizeres do tipo “Gênero não!” ou “Não à ideologia de gênero!”. O incômodo é direcionado à possibilidade de se pensar as relações de gênero e sexualidade fora do marco religioso. No texto original, estava previsto promover “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Pensar políticas nesse sentido é reconhecer uma pluralidade de concepções de homem e mulher, além do tradicionalmente considerado “natural”, ou da concordância entre gênero e sexo somático. É reconhecer que as vivências individuais são construídas socialmente e, por isso, podem se configurar de muitas formas e através de diversas identidades. Não foi isso que prevaleceu. A redação final acabou mencionando, mais genericamente, “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Na votação, parlamentares contrários à discussão sobre gênero e diversidade sexual justificaram a retirada das questões como uma forma de enfrentamento à “ditadura gay”. Por essa linha de raciocínio, toda e qualquer iniciativa de diversidade sexual e igualdade de gênero é um pretexto para a “doutrinação homossexual”.

Argumento semelhante esteve na origem das pressões de setores religiosos que levaram a presidente Dilma Rousseff a [suspender a distribuição do chamado “kit anti-homofobia”](#) em escolas públicas em 2011. A campanha trazia material destinado a sensibilizar alunos do ensino médio a respeito da diversidade sexual e de gênero.

A ofensiva atual, portanto, não é nova e ilustra um contexto no qual a educação tem sido um campo de batalha, alimentado com combustível religioso. Em 2002, o governo do Estado do Rio de Janeiro promulgou uma lei tornando obrigatório o ensino religioso nas escolas estaduais. Desde então, embora a matrícula seja facultativa e as escolas sejam obrigadas a oferecer alternativa pedagógica aos alunos que não se submetam ao ensino religioso, a prática tem sido disseminada sem alternativas, conforme lembra a socióloga Amanda Mendonça. É nesse contexto de aproximação entre religião e educação que, recentemente, a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro distribuiu uma cartilha, chamada de “Manual de Bioética”, para professores

de ensino religioso (ao lado, uma das imagens da publicação). No material, lê-se que “a teoria do gênero supervaloriza a construção sociocultural da identidade sexual, opondo-se à natureza, gerando um novo modelo familiar e uma nova organização da sociedade”. O texto afirma ainda que “a maternidade é parte constitutiva de uma identidade feminina”, atrela o gênero ao corpo biológico e condena o aborto, mesmo nos casos de estupro.

A cartilha foi criticada por entidades de direitos humanos. Medidas como essa, assim como o recuo no Plano Nacional de Educação, constituem um retrocesso no combate à desigualdade. No cotidiano, tais desigualdades estão materializadas nos índices de crimes homofóbicos, que em [2011 foram 6.809 no Brasil](#), conforme a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, e de violência de gênero. A cada dia, [15 mulheres são assassinadas](#) e sofrem diversas formas de discriminação. Essa preocupação é [compartilhada por parlamentares e especialistas](#), que apontam a infância como momento central na formação de representações preconceituosas, e concretizada em outros países, como a Alemanha, onde a abordagem da temática de gênero e diversidade sexual é uma política educacional: uma [cartilha que fala sobre a relação entre pessoas do mesmo sexo](#) é distribuída (confira imagem acima) em escolas com linguagem inclusiva, sem preconceitos e aberta às diferenças.

Sem associar direta ou necessariamente tais violências a causas religiosas, é importante não perder de vista o contexto político e social em que as mesmas são geradas. Por isso, parlamentares comprometidos com os direitos humanos lamentaram o recuo no PNE, lembrando o papel fundamental da escola na superação de preconceitos e estigmas. “Temos um conflito em evidência: religião e educação. A escola é espaço fundamental de socialização, de disseminação de valores e concepções morais. Entende-se o porquê do incômodo que o PNE em sua versão original despertava: representava um desafio a uma ordem de gênero e sexual regida por disciplina e controle. Por isso, a preocupação em firmar terreno na política educacional. Lamentavelmente, o texto aprovado é um retrocesso, pois não contribui para uma educação reflexiva e inclusiva”, afirma a socióloga Amanda Mendonça.

[Leia aqui a nota do grupo Ser-tão \(Universidade Federal de Goiás\) condenando o recuo no PNE](#), que agora segue para votação no plenário da Câmara, de onde será encaminhado para sanção da presidente Dilma Rousseff.

**Acesse no site de origem:** [Por que o gênero assusta tanto? \(Clam, 30/04/2014\)](#)

---

## **O Plano Nacional de Educação em disputa, por Nina Madsen**

**(Agência Patrícia Galvão, 02/04/2014)** Está em disputa, no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação (PNE). De um lado da contenda estamos nós, movimentos sociais do campo dos direitos humanos, lutando pela manutenção do texto enviado ao Congresso em 2010, um texto que avança em relação ao PNE anterior e que tenta responder a demandas históricas desses movimentos. Do outro lado, os grupos fundamentalistas conservadores que, há algum tempo, declararam guerra aos direitos das mulheres e da população LGBTT no país. As bancadas evangélica e ruralista, junto com as lideranças católicas conservadoras do Parlamento, estão unidas para tentar conter o que tem chamado de “avanço da ideologia de gênero”.

Leia também: [Conselho LGBT aprova moção de apoio ao texto original da Câmara do PNE](#)

O texto do PNE não é exatamente revolucionário. Muito menos propagador de uma suposta “ideologia de gênero” – seja lá o que isso venha a significar. O texto simplesmente define como uma das diretrizes, “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (item III, Artigo 2º). O que os conservadores propõem em substituição, é uma redação genérica (com o perdão do trocadilho), que determina a ênfase da superação das



desigualdades educacionais “na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

O investimento dos grupos religiosos brasileiros no campo da educação não é novidade. Para lembrar dois exemplos recentes: o Acordo Brasil-Vaticano, firmado em 2009 pelo então Presidente Lula, que, atentando contra os princípios de nosso Estado Laico, recuperou a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas; e, em 2010, o arbitrário cancelamento da distribuição do material didático elaborado no âmbito do Projeto Escola Sem Homofobia.

Há algum tempo que nossa caminhada rumo a qualquer tipo de avanço no que diz respeito à garantia dos direitos humanos e do Estado Laico no país tem sido dificultada. Com o PNE, o caso não é diferente.

O que perdemos, caso ganhem os grupos religiosos conservadores? Perdemos a possibilidade de avançar em direção a uma educação fundada em princípios de igualdade, de direitos humanos e de cidadania para todos, que garanta a diversidade sexual e a liberdade religiosa neste país multirracial e pluriétnico. Perdemos a possibilidade de avançar na desconstrução da cultura machista, racista e homofóbica que predomina em nossa sociedade. Uma cultura de violência que tem autorizado Estado e sociedade a produzirem números inaceitáveis de casos de violência contra as mulheres, de assassinatos de jovens negros e da população LGBTTT no país.

De quantas mortes precisamos para convencer nossos ilustres parlamentares de que educar para a igualdade de gênero e para a igualdade racial e étnica é uma necessidade absolutamente urgente em nossa sociedade? De quantos estupros, de quantos assassinatos de mulheres, de jovens negros, de indígenas, de gays, lésbicas e pessoas trans precisamos?

Quantos casos e dados são necessários para convencê-los da gravidade do problema? Servem os dados do IPEA, lançados no dia 27 de março, sobre violência contra as mulheres e estupro? Essas pesquisas apontam números estupefacentes: 65,1% de concordância, total ou parcial, com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. 58,5% concordaram com a afirmação de que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”[1]. O relatório da pesquisa

destaca ainda, a respeito destes dados, que “chama atenção o fato de que católicos têm chance 1,4 vez maior de concordarem total ou parcialmente com essa afirmação, e evangélicos 1,5 vez maior”.

Na pesquisa sobre estupros, uma estimativa assustadora de mais de 500 mil estupros por ano no país, dos quais apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia; 97,5% são praticados contra mulheres; 70% são praticados contra menores de 18 anos; e 15% são casos de estupro coletivo[2].

Educação para a igualdade e para a liberdade não é pregação de ideologia, é garantia de direitos e é estratégia de construção de uma sociedade menos violenta e mais justa. O Estado brasileiro não pode, nem por um segundo, enganar-se quanto à sua obrigação e quanto ao seu compromisso com essa construção. Não permitiremos nada menos.

\* Nina Madsen é socióloga e integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). [nina@cfemea.org.br](mailto:nina@cfemea.org.br)

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Telefax: 55 + (61) 3224-1791

E-mail: [cfemea@cfemea.org.br](mailto:cfemea@cfemea.org.br) - Website: [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)

—

[1] IPEA. SIPS: Tolerância social à violência contra as mulheres, 27 de março de 2014.

[2] Cerqueira, Daniel & Coelho, Danilo de Santa Cruz. Estupros no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Nota Técnica No. 11. IPEA, 2014.

---

# Câmara lança cartilha “Reflexões sobre Diversidade e Gênero”

**(Câmara Notícias)** A Câmara dos Deputados lançou nesta terça-feira (11), em continuidade às comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março), a cartilha “[Reflexões sobre Diversidade e Gênero.](#)”

A publicação faz parte do Programa Pró-Equidade de Gênero, Raça e Orientação Sexual, implementado na Câmara em 2011.

A cartilha tem por objetivo provocar a reflexão sobre os temas relacionados à equidade e à diversidade de raça e gênero.

O texto aborda a construção das identidades e dos papéis de gênero na família, na escola, no trabalho e na produção cultural, trazendo à discussão considerações práticas para a cultura organizacional da própria Câmara dos Deputados.

Trata-se de um trabalho teórico formulado a partir de estudos de pesquisadores da área de gênero e de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outros institutos.

A deputada Iriny Lopes (PT-ES), que fez palestra sobre o assunto, destacou que o primeiro passo para melhorar a realidade atual é reconhecer que a diferença existe e precisa ser enfrentada com ações que facilitem a permanência das mulheres no trabalho como creches, horários flexíveis e salas para amamentação. “São direitos muito mais universais do que exclusivamente ganhar um pouco menos ou ganhar menos do que os homens para o exercício da mesma função.”

Dados de 2011 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE mostram que as mulheres representam 42,4% da população ocupada apesar de representarem 51,3% da população brasileira.

Outro dado apontado pelo IBGE mostra que 70% dos postos de trabalho ocupados por mulheres estão com mulheres brancas. A proporção entre os homens é de dois homens brancos para um negro.

### **Série de publicações**

A cartilha foi organizada pelo Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados. É a primeira de uma série de publicações planejadas pela equipe do Pró-Equidade para gestores e servidores.

As próximas serão organizadas com o objetivo de proporcionar reflexões sobre a diversidade nas organizações: o que é diversidade, quais os benefícios das políticas organizacionais que buscam promover igualdade de oportunidades, o aproveitamento das diferenças da força de trabalho, o que são estereótipos, preconceitos e discriminação.

***Acesse o PDF:*** [Câmara lança cartilha “Reflexões sobre Diversidade e Gênero” \(Câmara Notícias, 11/03/2014\)](#)

[Acesse no site de origem](#)

---

## **22/02/2014 - 19% das mulheres com diploma sofrem violência física em casa**

(R7) A tragédia envolvendo a professora Célia Regina Pesquero, 49 anos, na última segunda-feira (17) em Osasco em São Paulo, chamou a atenção não apenas pelo extremo do caso — o marido se atirou da janela do 13º andar com o filho de seis anos — como também pela docente da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado em Química, ter sido vítima frequente de agressões pelo marido, a ponto de ter seu maxilar fraturado. Como uma mulher com alto

grau de instrução e nível socioeconômico se sujeitou a violência doméstica de forma tão contundente e repetida?

Para o professor da Faculdade de Sociologia da USP, Gustavo Venturi, um dos organizadores da pesquisa 'Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado' da Fundação Perseu Abramo, lançada no final de 2013, a violência contra a mulher permeia toda a sociedade, seja qual for o recorte, renda, cor, escolaridade, região, ou outro fator.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [9% das mulheres com diploma sofrem violência física em casa \(R7 - 22/02/2014\)](#)